

SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E CONFLITOS URBANOS EM BRASÍLIA¹

Marília Luiza Peluso & Lúcia Cony Faria Cidade

Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em Geografia
{peluso,cony}@unb.br

Recebido 6 de fevereiro de 2012, aceito 7 abril de 2012.

RESUMO - Em um cenário de crescente urbanização e aumento de desigualdades, dada a dinâmica que envolve o uso e apropriação do espaço nas cidades, surgem tensões, conflitos e demandas coletivas. Com base em revisão bibliográfica, o artigo discute brevemente a dimensão urbana de conflitos e disputas. Em seguida, apresenta exemplos de movimentos sociais e conflitos urbanos em Brasília, o Distrito Federal, nas primeiras décadas e na fase atual. O texto conclui que, desde a implantação da capital brasileira, o urbanismo moderno não foi capaz de evitar conflitos, inicialmente mais politizados e posteriormente mais pontuais.

PALAVRAS-CHAVE - Sociedade contemporânea, conflitos urbanos, Brasília.

ABSTRACT - In a scene of increased urbanization and inequalities, given the dynamics involving the use and appropriation of urban space, tensions, conflicts and collective demands emerge. Based on a bibliographical review, this article briefly discusses the urban dimension of conflicts and disputes. Next, it presents examples of social movements and urban conflicts in Brasilia, the Brazilian Federal District. The text concludes that,

¹ Este artigo desenvolveu-se com base em texto apresentado na Semana Universitária da UnB – 2011, 90 anos de Paulo Freire: um marco para a reflexão sobre os rumos da universidade brasileira, no Seminário Conhecimento crítico e processos espaciais: tensões e conflitos no ambiente urbano, 4 e 5 de outubro de 2011.

since the implementation of the Brazilian capital city, modern urbanism was not capable of avoiding conflicts, initially with a political content and later more reduced in scope.

KEY WORDS - Contemporary society, urban conflicts, Brasilia.

INTRODUÇÃO

A evolução do sistema econômico e da sociedade internacionalizada tem contribuído para uma continuada expansão da urbanização. Em grandes aglomerações, uma inegável geração de riqueza e bem-estar coexiste com uma intensificação de desigualdades, pressões sobre sistemas e equipamentos, impactos ambientais e disputas pelo solo urbano. Diante de insatisfações, as cidades têm se tornado palco de demandas coletivas. Em áreas urbanas no Brasil, não tem sido diferente. Desde os primórdios da nova capital, Brasília, uma gestão do território marcada pela acentuação de desigualdades, contribuiu para manifestações de conflitos sociais. Assim, o texto tem como objetivo tecer considerações sobre tensões e disputas, incluindo uma breve ilustração sobre conflitos urbanos em Brasília.

As manifestações de conflitos urbanos da atualidade não são fenômenos novos nem isolados. Ao longo da história, há exemplos de tensões coletivas, como nos movimentos comunais e sublevações nas cidades europeias durante a Idade Média. Jean Luiz Abreu destaca que, nessa época, a cidade representava um espaço de conflitos, no qual a civilidade idealizada se contrapunha à selvageria habitual do cotidiano. (ABREU, 2004, p.11) No período moderno, David Harvey assinala exemplos na Paris do século XIX, quando sublevações urbanas representaram verdadeiras contestações ao regime. (HARVEY, 2006)

Ao longo do século XX, verificaram-se fases de crescimento combinadas a crises recorrentes da economia, ao lado de mudanças políticas, movimentos de contestação cultural e um processo de urbanização continuado. Nos países centrais do ocidente, a industrialização expressou-se em um sistema de acumulação intensiva, que propiciou a emergência de um operariado que se integrava à produção de massa, ao consumo e à política. Nessa fase, conforme assinalam Cidade e Peluso, tensões e conflitos urbanos tenderam a se expressar em ações organizadas, os movimentos sociais. (CIDADE; PELUSO, 2011)

Na contemporaneidade, o processo de globalização incorre em grandes mudanças, não apenas na esfera econômica, mas também na social e na cultural. A crise do sistema de acumulação intensiva, a partir dos anos de 1970, alcançou o século XXI sob a forma de concentração e centralização de capitais, internacionalização da produção em busca de salários de baixo custo e um decorrente enfraquecimento das demandas dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, mudanças culturais em direção à perda das crenças em esquemas totalizantes levaram ao crescimento do individualismo. Nessa fase, tensões e conflitos urbanos passaram a se manifestar de forma mais localizada e específica.

A breve contextualização a seguir situa a temática em análise, apresentando, em uma primeira parte uma breve discussão, no contexto da contemporaneidade, sobre conflitos e disputas em uma dimensão urbana. Em seguida, faz-se uma apresentação de exemplos de movimentos sociais e conflitos urbanos em Brasília nas primeiras décadas e na fase atual. A discussão sugere que, apesar das pretensões racionalistas e supostamente igualitárias do urbanismo modernista, conflitos urbanos têm estado presentes em Brasília desde seus primórdios.

A DIMENSÃO URBANA DE TENSÕES: CONFLITOS E DISPUTAS NA CONTEMPORANEIDADE

No mundo atual, em que a economia e a cultura se globalizam, acentua-se a fluidez do capital financeiro, a incessante busca de competitividade, o avanço das tecnologias de informação e de comunicação e o exacerbado consumismo. Entre os desdobramentos estão tensões culturais, a degradação do ambiente e as crescentes desigualdades; e, em inúmeras áreas, a intensificação do processo de trabalho e o desemprego. No quadro de um papel ampliado das atividades informacionais na economia e de uma crescente interpenetração entre produção e serviços, Lojkin aponta uma fluidez do mercado de trabalho que representaria uma difusão de empregos precários. (LOJKINE, 1995, p. 264-266)

Diante de continuadas mudanças no setor produtivo, em paralelo à manutenção e reforço dos chamados núcleos comando e controle e dos empregos de elevada qualificação geram-se, segundo o ramo de atividade, empregos de média e baixa qualificação. Como um contraponto, multiplica-se uma massa de população precariamente incorporada ao sistema. A partir de uma lógica econômica concentradora, tendências apontam para distintos níveis de inserção na sociedade de consumo, enquanto permanece uma grande desigualdade. Em uma sociedade marcada por ameaças e pelo risco e pelo que tem sido considerado como a pós-modernidade, valoriza-se o imediatismo, a fluidez e a subjetividade.

Centros de produção e de reprodução social, locais de expressão da política e agregados multiculturais, as cidades têm se constituído como arenas de mudanças e de permanências, tais como pobreza e segregação. Principalmente hoje, quando a economia neoliberal entrou numa crise em escala global, a pobreza

e a segregação, que pareciam se restringir aos países periféricos, chegaram também aos países centrais.

Uma das demonstrações mais marcantes de um sistema notadamente desigual e pleno de disputas, a crescente urbanização, caracterizada por proporção cada vez maior da população mundial vivendo em cidades, é ao mesmo tempo produto e condição do processo de acumulação. Nesse quadro, redes apoiadas em cidades com elevadas complexidades produtivas, centros com distintas especializações e núcleos diferenciados que se expandem pelo mundo propiciam a ampliação e a multiplicação de fluxos de mercadorias. Ao mesmo tempo, as inúmeras possibilidades da dinâmica intraurbana, ao oferecer condições de produção, circulação e consumo de uma infinidade de bens e serviços representam um renovado potencial para a expansão de mercados.

Diante de crises recorrentes, que atingem diferentes países e setores vulneráveis da economia, e objeto de uma reorganização espacial em permanente mutação, as cidades enfrentam dificuldades crescentes. Em um mundo no qual mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, grande parte dos moradores de cidades reside em áreas de ocupação precária. Em relatório recente, as Nações Unidas estimam que, em 2010, 32,7% dos habitantes urbanos em regiões em desenvolvimento viviam em favelas, o que representa um total de cerca de 827 milhões de pessoas. (UN HABITAT, 2010, p. 9)

O Estado, além de proporcionar condições de produção e reprodução social por meio da oferta de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, torna-se peça-chave na produção do espaço urbano. Ao endossar, por meio de ações de gestão do território, interesses de agentes privados da produção do espaço urbano,

como os do capital financeiro, do capital incorporador e da construção civil, o Estado apoia a lucratividade. No caso brasileiro, o apoio às condições de acumulação ocorre inclusive quando atua na esfera da reprodução social, como por exemplo, na oferta de moradias subsidiadas por programas governamentais do tipo “Minha casa, minha vida” e suas parcerias locais. Nesses casos, as demandas dos mais pobres em pertencer à cidade terminam por beneficiar as condições de acumulação e lucratividade.

Em um contexto de elevada competição por investimentos externos, que inclui a transformação das próprias cidades em mercadorias, o Estado é chamado a intervir ativamente. Uma das formas de atuação é o planejamento do território para a valorização do capital, por meio da renovação urbana, do adensamento e da incorporação de novas áreas ao espaço de assentamento. Outro modo, além de renúncias e facilidades fiscais, é a participação no financiamento, desenvolvimento e implantação de intervenções no espaço natural e construído. Outra maneira, ainda, são investimentos na modernização de transportes, sistema viário, serviços em rede e equipamentos urbanos, como os de suporte a empreendimentos culturais, artísticos e esportivos.

Frequentemente acompanhados por um discurso voltado para o bem comum, os investimentos públicos tornam-se capazes de atrair um mercado em permanente disputa. Um exemplo é o planejamento e as intervenções urbanas em torno de megaeventos esportivos e seus efeitos sobre populações afetadas, ao alavancar a lucratividade de grupos envolvidos em diferentes cidades do mundo.

Em grandes cidades de países periféricos convivem, além de atividades

altamente especializadas e tecnificadas, empreendimentos em processo de modernização, estabelecimentos tradicionais e um imenso setor informal. Nos espaços de convergência de processos de acumulação diferenciados, lugares privilegiados pela ação do Estado convivem com áreas de ocupação tradicional, com novas formas de constituição de espaços edificados, como os condomínios de classe média alta; e com extensas áreas de assentamento, em larga medida carentes de investimentos públicos. Ferreira e Penna apontam a relação entre ausência do Estado, populações excluídas e falta de acesso à cidadania, propiciando a formação de territórios de risco. (FERREIRA; PENNA, 2005)

Ao incorporar características e valores do modelo e discurso dominante, as ações de gestão do território tendem a reproduzir e a acentuar desigualdades inerentes ao sistema. As áreas carentes beneficiadas por ações de planejamento e gestão valorizam-se; ao mesmo tempo, o preço a ser pago pelas infraestruturas e serviços implantados é relativamente elevado. O próprio mercado ejeta os mais pobres para áreas novamente carentes, num processo de “expulsão branca”. As contradições entre o discurso e a prática tornam-se visíveis.

Os mecanismos de reforço a processos socioespaciais de apoio à reprodução da situação vigente são variados. De um lado, os canais da dimensão ideológica encarregam-se de legitimar as referências estruturais e os pressupostos necessários à acumulação de capital. De outro lado, as formas simbólicas, como a imagem, as representações sociais e o discurso, contribuem ativamente, embora de maneira nem sempre visível, para reforçar as ações práticas. Alguns estudos abordam a temática das formas simbólicas e sua relação com práticas socioespaciais. (CIDADE, 2010; CIDADE, 2003; CÉSAR; CIDADE, 2003;

PELUSO, 2003; PELUSO, 1999; LACLAU, 1983) Observe-se, no entanto, que ao lado da eficácia das construções simbólicas para promover a aceitação tácita de processos tidos como inevitáveis, a dinâmica de processos socioespaciais com crescente complexidade produz consciência crítica, tensões, resistências e conflitos.

Um dos esquemas conceituais para compreender espaços complexos opera, para Léfèbvre, no nível estratégico, revelando uma ordem sob a superfície caótica do espaço. Nessa ótica, seria possível discernir as articulações entre mercado e espaço; entre o planejamento espacial e as forças produtivas no espaço; e entre os projetos políticos e os obstáculos com que eles se defrontam. Essa perspectiva mostraria, ainda, as forças que se opõem a uma dada estratégia e às vezes conseguem constituir um “contra-espaço” dentro de um espaço particular. (LÉFÈBVRE, 2005, p. 366-367)

Para Léfèbvre, a situação urbana é plena de contradições. Por um lado, permitiria um redirecionamento das lutas de classes, manifestado por meio da busca de objetivos inócuos, como a melhora nos transportes e nas amenidades. Por outro lado, no entanto, a cidade e sua periferia poderiam se tornar arenas de ações, sendo ao mesmo tempo aquilo que está em jogo nessas lutas. Essa visão relacionaria a busca do poder com os lugares nos quais o poder reside, com o planejamento da ocupação desse espaço e com a criação de uma nova morfologia política. (LÉFÈBVRE, 2005, p. 386)

Na situação de uma sociedade crescentemente urbana, construída em torno de interesses diferenciados, não apenas as intenções do planejamento, mas as ações de gestão do território refletem um assentimento implícito sobre a

predominância das forças hegemônicas. Nem sempre percebidas, as marcas da dominação inscrevem-se na organização dos usos do solo, no quadro natural e no espaço construído. (CIDADE, 2010; PELUSO, 1987; PELUSO e TORMIN, 2005) Em um quadro de apropriação seletiva, os embates em torno de ações governamentais e práticas socioambientais nas cidades podem ser vistos como formas de pressão para assegurar direitos de cidadania aos moradores urbanos. (CARVALHO; CIDADE, 2011; CIDADE.; PELUSO, 2011) Nessa perspectiva, os conflitos ofereceriam possibilidades de ação por uma dinâmica urbana mais diversificada e justa.²

Ancorando a temática da ação da sociedade organizada em torno de disputas coletivas está a questão dos movimentos sociais urbanos em decorrência de conflitos de uso e apropriação do território. Renato Emerson dos Santos, em sua análise da trajetória do movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes, vê os movimentos sociais como uma forma de ação social, em torno de pactos possíveis, por meio do estabelecimento de culturas cívicas e políticas. O autor privilegia uma análise que considere os movimentos ao mesmo tempo “uma forma específica de ação social” e “a convergência de múltiplas e diversas formas de ação social”. Para o autor, essa visão permite uma perspectiva analítica da espacialidade dos movimentos sociais. (SANTOS, 2011, p. 14)

Para Oslender, ao estudar comunidades negras na região colombiana do

² Para fins operacionais de pesquisa, Breno Câmara considera a categoria conflito urbano como “todo e qualquer confronto ou litúgio relativo a infra-estrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc)”. (CÂMARA, 2006, p. 23)

Pacífico, o espaço é um sítio de interação e luta contínua entre dominação e resistência, frequentemente articuladas por movimentos sociais. O autor considera que, para entender um movimento que tenha por base a identidade coletiva, é necessário entender os lugares nos quais se configura a ação do movimento e nos quais as identidades estão construídas e articuladas. (OSLENDER, 2002, p. 3)

Em visão complementar, Santos assinala análises de ações coletivas que tratam da construção de identidades com referências espaciais, relativas a percepções de condições materiais de vida. Essas percepções comuns podem ser relativas a carências, como possíveis deficiências na provisão de bens de consumo coletivo. Podem, por outro lado, referir-se a condições consideradas melhores do que as de outros grupos. Para o autor, ambas as percepções podem dar origem a movimentos sociais, como os de bairro. (SANTOS, 2011, p. 156)

Em Brasília, a partir de uma disjunção entre o espaço idealizado e planejado e uma gestão do território profundamente desigual, manifestações públicas e disputas territoriais iniciaram-se enquanto a cidade era construída. Na medida em que as contradições entre o discurso do planejamento e práticas de gestão do território se generalizam e aprofundam, os conflitos continuam se manifestando até os dias atuais.

EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS URBANOS EM BRASÍLIA

Objeto de um desenho urbano pautado pelo modernismo, o Plano Piloto de Brasília, a capital do Brasil, foi inaugurada em 1960. Foi construída no período

em que a população urbana crescia de forma acelerada no país e avançava-se no discurso da modernidade. Alguns estudos têm notado a busca do urbanismo modernista por uma racionalidade que fosse capaz de superar os conhecidos problemas das cidades tradicionais. (PELUSO; CIDADE, 2002; CIDADE, 2006). Como em outros lugares, buscava-se seguir “[. . .] na direção de uma nova práxis e de outro homem, o homem da sociedade urbana” (LÉFÈBVRE, 1991, p. 23).

Nos primeiros anos, foi estabelecida uma organização do espaço que perduraria até os dias de hoje. O Plano Piloto, com elevada qualidade ambiental, foi reservado para funcionários públicos e população privilegiada. As cidades satélites, distantes das áreas de emprego e pouco infraestruturadas, foram destinadas para a população migrante de baixa renda. Nessa fase, em que o Estado provedor planejava e intervinha ativamente no espaço urbano, a Capital Federal foi palco de resistências de grupos da população. De um modo geral, pode-se considerar que os conflitos ocorreram, como ocorrem ainda, por questões de terra e de territórios e na área de reprodução social. Podem-se destacar dois movimentos reivindicatórios nas primeiras décadas, o da Cidade Livre, o futuro Núcleo Bandeirante, e o de Ceilândia.

O primeiro ocorreu ainda nos anos 1960, quando se organizou o movimento para a permanência da Cidade Livre, primeiro núcleo de moradia, comércio e serviços para os construtores de Brasília e que seria erradicado depois de inaugurada a nova Capital. Como resultado bem sucedido do Movimento Pró-fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante, que congregou moradores de várias origens e *status* social, o núcleo urbano foi fixado como Região

Administrativa em 1961.

O segundo movimento social de importância a ser mencionado ocorreu já em finais da década de 1970, com a organização do movimento “Incansáveis Moradores da Ceilândia”, em que lutaram em conjunto a comunidade local, a Igreja Católica e a Ação Cristã Pró-Gente (AMMANN, 1987). O Estado rígido e planejador, que se esforçava para manter o território da capital como havia sido pensado em sua origem, criou o núcleo urbano de Ceilândia, resultado da erradicação de favelas que se localizavam próximas ao Núcleo Bandeirante. Elas foram transferidas pelo Governo do Distrito Federal – GDF, em 1971, para a Região Administrativa de Taguatinga, a 26 km do Plano Piloto. Os lotes, entregues em regime de concessão de uso, seriam legalizados posteriormente à ocupação. Entretanto, as condições de compra se revelaram acima do poder aquisitivo dos moradores, o que originou o movimento. Com o fim do regime militar, estabeleceu-se pela primeira vez uma representação legislativa eleita pela população em Brasília. A partir daí, os líderes do movimento se engajaram na política formal e, por meio dela, na regularização dos lotes.

Outros dois exemplos podem ser encontrados no momento presente, quando o governo passa a oferecer abertamente condições para o estabelecimento de empresas e para a reprodução do capital. Os jornais do Distrito Federal desfilam quase cotidianamente embates pontuais e ações públicas que geram conflitos urbanos. Serão mencionados dois deles, por suas características emblemáticas, um relativo ao espaço do Parque Nacional de Brasília e outro aos pilotis de uma Super Quadra no Plano Piloto.

Em 30 de setembro de 2011, o jornal Correio Braziliense noticiou conflitos

relativos aos limites da poligonal do Parque Nacional de Brasília. Os fiscais ambientais alegavam irregularidades na manutenção de chácaras de produtores rurais no perímetro do Parque, em especial o Núcleo Rural Boa Esperança. A questão da poligonal do Parque Nacional já vinha de 2002, quando, para aproveitar as vantagens competitivas do Distrito Federal, o GDF fez aprovar a instalação de um centro de tecnologia de informação, chamado de “Cidade Digital”. O polo tecnológico se encontrava na área preservada do Parque Nacional e negociou-se sua instalação com os órgãos ambientais em troca de uma área adicional. Resultou daí a incorporação de 14.000 ha ao Parque, na direção de Sobradinho e do Lago Norte. Entretanto, a área em questão já era ocupada por pequenas chácaras, que deviam ser retiradas; daí o conflito entre moradores, órgãos ambientais e o GDF. Nesse caso em particular, o conflito foi encaminhado à audiência pública na Câmara Distrital e foram ouvidos ambientalistas interessados e a Associação dos Moradores do Núcleo Rural Boa Esperança. (CORREIO BRAZILIENSE, 2011b)

Outro tipo de conflito, já agora colocando em cheque as características urbanísticas do Plano Piloto, cujas projeções no solo são de propriedade pública e acesso livre, foi noticiado pelo Correio Braziliense, em 29 de setembro de 2011. Moradores da Super Quadra Sul (SQN) 208 recorreram à Justiça para manter as grades e estruturas de alvenaria que supostamente os protegeriam da violência externa. A Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS) determinou a derrubada dos elementos estranhos ao planejamento do Plano Piloto e o estabelecimento de multas pela falta de cumprimento. (CORREIO BRAZILIENSE, 2011a)

Os exemplos mostram que a temática das tensões e conflitos urbanos tem estado presente em Brasília desde seus primeiros anos, mas os movimentos mudaram de forma e conteúdo. Os primeiros, Movimento Pró-Fixação e Urbanização do Núcleo Bandeirante e Incansáveis Moradores da Ceilândia, mobilizaram grandes coletividades para a obtenção de resultados comuns. Os mais recentes se limitaram a grupos específicos, com objetivos particulares.

Cidade e Peluso registram uma tendência a mudanças no caráter dos movimentos nas últimas décadas, em sintonia com dinâmicas mais amplas. (CIDADE; PELUSO, 2011) Na realidade, a grande alteração parece ter ocorrido no que Baumann (2001, p.12) chama de quebra dos “elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas” na alta modernidade, quando as ações individuais adquirem primazia.

Além de tendências gerais, a emergência de novas institucionalidades participativas formais, se bem que mais na intenção do que na prática, como as audiências públicas e a justiça para a resolução de conflitos urbanos, também podem ter contribuído para esvaziar movimentos reivindicativos maiores. O processo político no Distrito Federal também contribuiu para uma aparente diluição de resistências e para sua manifestação em formas de ação coletiva. A discussão apresentada sugere que a mudança não significou a ausência ou a resolução de conflitos socioespaciais, mas sua instalação em âmbito restrito a atores sociais que se sentem prejudicados por ações governamentais.

COMENTÁRIOS FINAIS

O texto teve como objetivo tecer considerações sobre disputas urbanas, incluindo uma breve ilustração sobre conflitos urbanos em Brasília. Os pressupostos que nortearam o presente artigo vão no sentido de que: 1) o espaço urbano é, ao mesmo tempo, centro de reprodução social e território privilegiado para a acumulação de capital e, em decorrência, conflituoso e desigual; 2) os conflitos e desigualdades são terreno fértil para a eclosão de movimentos sociais; 3) em uma fase anterior, correspondente à acumulação intensiva e seus desdobramentos, os movimentos sociais pareciam prenunciar ações transformadoras; na fase contemporânea, em sintonia com a acumulação flexível e considerada também como da alta modernidade ou da pós-modernidade, os movimentos sociais tendem a perder seu caráter reivindicatório coletivo; entretanto, as demandas aos canais competentes continuam, mas de maneira mais pontual; e ligadas a grupos urbanos específicos.

Desde a implantação de Brasília, as disposições racionalistas do urbanismo moderno foram insuficientes para evitar disputas, intrínsecas à própria constituição da cidade e tornadas mais agudas na fase contemporânea. Assim, a capital brasileira compartilha de muitos dos problemas e das dinâmicas urbanas das cidades tradicionais.

As ilustrações do que poderiam ser considerados movimentos sociais e conflitos urbanos na capital refletem uma trajetória semelhante às de outros estudos. Nas fases iniciais, manifestações populares expressavam uma organização social; e problemáticas comuns a um grupo significativo de moradores. Na fase atual, os exemplos sugerem interesses voltados para temas

pontuais ou grupos específicos. A abordagem preliminar sugere a necessidade de ampliação e aprofundamento de estudos sobre a temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. L. N. (2004). Sociedade urbana e conflitos sociais na Idade Média. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 11, v. 5, jul./set.2004. Disponível: <<http://www.seol.com.br/mneme>> Acesso: 02/09/2011.
- BAUMANN, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CÂMARA, B. P. (2006) *Insegurança pública e conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro*. 107 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, F. C.; CIDADE, L. C. F. (2011). Grandes projetos, gestão do território e efeitos ambientais no Maranhão. *Espaço & Geografia*, Brasília, v.14, n. 1, p. 29-51. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/136>> Acesso: 10/02/2012.
- CÉSAR, L. P.; CIDADE, L. C. (2003) Ideologia, visões de mundo e práticas socioambientais no paisagismo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 115-136, jan.-dez.
- CIDADE, L. C. (2003). Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas sócio-espaciais. In PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. (Orgs.) *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. (Coleção Brasília). p. 157-180.
- CIDADE, L. C. (2010). Ideologia, produção do espaço e apropriação da sacionatureza no Lago Paranoá. In: PAVIANI, A.; FERREIRA, I.; BARRETO, F.; CIDADE, L. C.; JATOBÁ, S. (Orgs.) *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB. p. 195-224.
- CIDADE, L. C.; PELUSO, M. L. (2011). Dinâmica econômica, tensões e conflitos urbanos e movimentos sociais. *Espaço & Geografia*, Brasília, v.14, n. 1, p. 79-94. Disponível

em: <<http://www.lsie.unb.br/espaco/geografia/index.php/espaco/geografia/article/view/138/130>> Acesso: 10/02/2012.

CORREIO BRAZILIENSE (2011a) 29 de setembro.

CORREIO BRAZILIENSE (2011b) 30 de setembro.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. (2005). Território da violência. In: PAVIANI, A.; FERREIRA, I. C. B.; BARRETO, F. F. P. (Orgs.). *Brasília: dimensões da violência urbana*. Brasília: Editora UnB, p. 57-86.

HARVEY, D. (2006). *Paris, capital of modernity*. New York and London: Routledge. 372 p.

LACLAU, E. [1983] Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 02, 2006. Disponível: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm> Acesso: 13/07/2012.

LÉFÈBVRE, H. (2005). *The production of space*. Malden, MA, USA; Oxford, UK; Carlton, Victoria, Austrália: Blackwell, (© 1974). 454p.

LOJKINE, J. (1995). *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995. 316 p.

OSLENDER, U. (2002) Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una 'especialidad de resistencia'. *Scripta Nova; Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona, v. 6, n. 115, p. 1-16, 1 de junio. Disponível: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-115.htm>> Acesso: 13/07/2012.

PELUSO, M. L. (1999). O papel das representações sociais do 'comprar a casa' na identificação dos problemas habitacionais. In: PAVIANI, A. (org.) *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora UnB. p. 111-132.

PELUSO, M. L. (2003). Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais. In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. (Orgs.) *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. p. 181-196.

- PELUSO, M.L.; TORMIN, C. V. (2005). Violência, contradições sociais e representações sociais em Luziânia, no Entorno de Brasília. In: PAVIANI, A.; FERREIRA, I. C. B.; BARRETO, F. F. P. (Orgs.). *Brasília: dimensões da violência urbana*. Brasília: Editora UnB, p. 251-273.
- SANTOS, R. E. N. (2011). *Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência. 350 p.
- UN HABITAT. (2010). *Estado das cidades no mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido*. Resumo e principais constatações. Versão em português: Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais – Ipea. Editoração e publicação. p. 1-28. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_cidadesdomundo_portugues.pdf> Acesso em: 03/05/2010.